

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Perfil Institucional: O Banco KDB do Brasil S.A. é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.
Desempenho financeiro: O total de ativos montou R\$ 1.160.697 mil em 31 de dezembro de 2016, valor superior em 24% ao apresentado no exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 89.152. Com isso, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento significativo de 99,6% alcançando R\$ 185.172 mil.

Índice da Basileia: Em 31 de dezembro de 2016, O Índice de Basileia atingiu 80,07% superando 69,57% a soma dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal determinados pelo BACEN para 2016 (equivalente a 10,5%). Agradecemos ao acionista e nossos clientes pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos funcionários que tornaram possível tal desempenho.
São Paulo, 08 de março de 2017
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Notas	2016	2015	PASSIVO	Notas	2016	2015
CIRCULANTE		1.117.151	620.820	CIRCULANTE		970.244	837.850
Disponibilidades		19.601	20.115	Depósitos		60.253	47.206
Aplicações em mercado aberto	5	382.757	95.644	Depósitos à vista		4.548	4.350
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	21.308	Depósitos a prazo		55.705	42.856
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		533.226	498.452	Relações interdependências		-	117
Carteira própria	6	305.646	363.943	Recursos em trânsito de terceiros		-	-
Vinculados à prestação de garantias	6	227.580	134.092	Obrigações por empréstimos e repasses		654.221	782.216
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	417	Empréstimos no exterior	13	654.221	782.216
Relações interfinanceiras		102	96	Instrumentos financeiros derivativos		53.690	6.197
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central do Brasil		102	96	Instrumentos financeiros derivativos	7	53.690	6.197
Operações de crédito		14.077	-	Outras obrigações		202.080	2.114
Operações de crédito - Setor privado	8	14.146	-	Cobrança arrecadação de tributos e assemelhados		1	1
(-) Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9	(69)	-	Carteira de câmbio	14	181.375	-
Outros créditos		167.305	6.503	Sociais e estatutárias		609	-
Carteira de câmbio	10	162.925	-	Fiscais e previdenciárias	14	18.681	1.082
Rendas a receber	11	52	-	Diversas	14	1.414	1.031
Diversos	11	4.328	6.503	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.043	1.767
Outros valores e bens		83	10	Depósitos a prazo		5.043	1.767
Despesas antecipadas		83	10	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		238	35
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		42.796	310.617	Resultado de exercícios futuros		238	35
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		42.796	296.526	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		185.172	92.767
Carteira própria		42.796	296.526	Capital social		552.891	552.891
de domiciliados no exterior		-	-	Reserva de lucros		829	829
Reserva de lucros		-	-	Ajustes de avaliação patrimonial		815	(2.438)
Prejuízos acumulados		(369.363)	(458.515)				
TOTAL DO ATIVO		1.160.697	932.419	TOTAL DO PASSIVO		1.160.697	932.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	552.891	829	(1.487)	(459.723)	92.510
MTM em títulos disponíveis para venda	-	-	(951)	-	(951)
Lucro líquido do semestre/exercício	-	-	1.208	1.208	1.208
Saldos em 31 de dezembro de 2015	552.891	829	(2.438)	(458.515)	92.767
MTM em títulos disponíveis para venda	-	-	3.253	-	3.253
Lucro líquido do exercício	-	-	-	89.152	89.152
Saldos em 31 de dezembro de 2016	552.891	829	815	(369.363)	185.172
Saldos em 30 de junho de 2016	552.891	829	725	(376.304)	178.141
MTM em títulos disponíveis para venda	-	-	90	-	90
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.941	6.941
Saldos em 31 de dezembro de 2016	552.891	829	815	(369.363)	185.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- i) CPC 23 - Benefícios e empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contêm inclusive o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros.

A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2017.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizada para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstrados no valor principal, atualizados com base no indexador contratado, quando for o caso o acréscimo de encargos e rendimentos decorridos.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida do resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período; e

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os títulos privados estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg.

Os valores de mercado das cotas dos fundos de investimento são apurados segundo modelo de precificação desenvolvido pelos seus Administradores e são divulgados diariamente para a CVM.

e. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do Banco Central do Brasil, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swaps" são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre/exercício. As posições desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

f. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para as operações em atraso acima de sessenta dias o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento. As classificações estão de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/99, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída e demais análises efetuadas.

g. Outros valores a receber

São demonstrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos e variações monetárias ("pro rata temporis") e cambiais auferidos e ajustado por provisão para ajuste a valor de mercado ou da realização, quando aplicável.

h. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis e equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e veículos.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j. Outros valores a pagar

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ("pro rata temporis") e cambiais incorridos.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com uma adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R\$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado à alíquota de 15%, acrescida de 5% a partir de setembro de 2015, e ajustados conforme legislação fiscal em vigor.

Os créditos tributários podem ser constituídos sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 3.059/02 e na Resolução CMN nº 3.355/06, se atendidas as seguintes condições:

(i) no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais incluindo o exercício em referência;

(ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos;

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

m. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

n. Resultado de exercícios futuros

Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões de prestações de fiança e são apropriados diariamente ao resultado até o vencimento dos contratos.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	19.601	20.115
Aplicações em operações compromissadas	382.757	74.336
Total	402.358	94.451

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel como segue:

	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas	382.757	74.336
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	21.308
Total	382.757	95.644

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado:

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	2016	2015
Carteira própria		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	126.716	86.820
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.099	378.672
Títulos Públicos Federais - Precatórios (Nota 28)	1.584	2.181
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	147.169	175.628
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (ii)	2.874	17.168
Subtotal	348.442	660.469

b. Carteira própria

	2016	2015
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	126.716	86.820
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.099	378.672
Títulos Públicos Federais - Precatórios (Nota 28)	1.584	2.181
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	147.169	175.628
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (ii)	2.874	17.168
Subtotal	348.442	660.469

c. Subtotal

	2016	2015
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	126.716	86.820
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.099	378.672
Títulos Públicos Federais - Precatórios (Nota 28)	1.584	2.181
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	147.169	175.628
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (ii)	2.874	17.168
Subtotal	348.442	660.469

(i) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de R\$ 147.169 (R\$ 175.628 em 2015). Os títulos são negociados e custodiados através do sistema EUROCLEAR e o valor de mercado destes títulos é obtido através das cotações da Bloomberg.

(ii) Em 31/12/2016 o valor da provisão para desvalorização das Cotas do Fundo FIDC Trendbank foi de R\$ 2.393 (R\$ 2.457 em 2015). A Administração decidiu aumentar a provisão de 90% para 100% dos recebíveis de um determinado cliente do fundo.

b. Classificação por categoria e prazos

Descrição	2016		2015	
	Sem vencimento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo	Valor de mercado (i)
Disponíveis para venda				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	126.716	-	126.716	126.741
Letras do Tesouro Nacional - LTN	297.679	-	297.679	296.285
Agro Brasil e Precatórios FIDC	-	-	-	-
Não Padronizado	2.447	-	2.447	2.447
FIDC Trendbank fomento	427	-	427	427
Aplicações em Títulos no Exterior	104.373	42.796	147.169	147.057
Títulos Públicos Federais - Precatórios	1.584	-	1.584	1.584
Total	533.226	42.796	576.022	574.541

(i) Em 31/12/2016, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.481 (R\$ 4.433 em 2015), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários no montante de R\$ 815 (R\$ (2.438) em 2015).

 **continuação**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)
19 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO - PRE

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência - PR, e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
BASILEIA		
Patrimônio de Referência Nível I	184.937	78.878
Capital principal	184.937	78.878
Patrimônio líquido	185.172	79.097
(-) Ajustes prudenciais	(235)	(219)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	184.937	78.878
ATIVO PONDERADO PELO RISCO - RWA	230.974	219.349
Risco de crédito	216.518	213.239
Risco de mercado	8.227	6.110
Risco operacional	6.229	-
ÍNDICE DA BASILEIA	80,07%	35,96%

O Banco KDB do Brasil S.A., de acordo com a Circular nº 3.678/13, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bancokdb.com.br.

20 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco responde a 1 processo de natureza trabalhista, classificado como provável, que foi provisionado pela Administração no montante de R\$ 204 (R\$ 183 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma provisão sobre carta de fiança no montante de R\$ 393. Não houve provisão sobre carta de fiança em dezembro de 2015.

21 DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre	2016	2015
Pró-labore da diretoria	(1.583)	(3.096)	(3.208)
Proventos	(1.495)	(2.965)	(1.983)
Benefícios e treinamento	(581)	(1.400)	(1.583)
Encargos sociais	(396)	(995)	(1.497)
Remuneração de estagiários	(31)	(55)	(37)
Total	(4.086)	(8.511)	(8.308)

A Diretoria

A Diretoria do **Banco KDB do Brasil S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco") em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

22 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre	2016	2015
Aluguel	(595)	(1.156)	(1.206)
Água, energia e gás	(18)	(37)	(34)
Manutenção e conservação de bens	(30)	(66)	-
Materiais para o escritório	(42)	(87)	-
Processamento de dados	(447)	(816)	(663)
Comunicação	(197)	(366)	(423)
Despesas de serviços técnicos especializados	(94)	(523)	(585)
Serviços do sistema financeiro	(236)	(482)	(417)
Condomínio	(130)	(265)	(264)
Depreciação e amortização	(136)	(294)	(342)
Contribuição sindical	-	(86)	-
Despesas de viagens no país e exterior	(70)	(190)	(282)
Despesas de transportes	(37)	(94)	(92)
Publicações, promoções e relações públicas	(50)	(160)	(116)
Serviços de segurança e vigilância	(46)	(85)	(72)
Serviços de terceiros	(43)	(100)	(34)
Seguros	(11)	(20)	(21)
Multas e juros	-	(27)	(11)
Outros	(450)	(554)	(481)
Total	(2.632)	(5.408)	(5.043)

23 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º semestre	2016	2015
COFINS	(852)	(5.554)	(679)
PIS	(139)	(902)	(110)
ISS	(44)	(76)	(110)
Impostos municipais e outros	(3)	(100)	(96)
Total	(1.038)	(6.632)	(995)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

24 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	18	33	16
Reversão de provisão de fundos de investimentos	758	958	1.021
Reversão de provisão com avais e fianças concedido	2	2	-
Reversão de provisão de PLR	-	224	-
Rendas de variação cambial positiva de operações passivas	-	165.167	-
Atualização monetária de impostos a compensar	744	744	-
Reversão de outras receitas operacionais	152	152	-
Total	1.674	167.280	1.037

25 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre	2016	2015
Provisão de processos trabalhistas	(8)	(21)	-
Provisão para perdas com avais e fianças concedido	(4)	(395)	-
Despesas de variação cambial negativa de operações ativas	(148)	(37.261)	-
Juros e multas sobre recolhimento em atraso	-	-	(278)
Despesas com impostos e contribuições a compensar	(148)	(148)	-
Outras despesas operacionais	(296)	(296)	-
Total	(604)	(38.121)	(278)

26 COMPROMISSOS E GARANTIAS

Descrição
Fianças e avais

2016	2015
39.752	-
Total	39.752

27 OUTRAS INFORMAÇÕES

O resultado substancial na rubrica de operações com títulos e valores mobiliários refere-se, basicamente, ao precatório da empresa Zihuatanejo (credor original) adquirido pela MIMAR Consultoria e cedido ao Banco em 17 de setembro de 2008, foi celebrado acordo judicial nos autos da Recuperação Judicial entre o Banco, Fundo Agro e Grupo Zihuatanejo em 07 de janeiro de 2015. Em 27 de janeiro de 2016, o acordo foi devidamente cumprido pelo Grupo Zihuatanejo mediante pagamento de aproximadamente R\$ 109 milhões para o Fundo Agro. Assim, tal precatório da empresa Zihuatanejo foi baixado no Banco em 29 de janeiro de 2016.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de fevereiro de 2017, o Banco recebeu a última parcela referente aos títulos públicos federais compostos por Precatórios da Foco Distribuidora no montante de R\$ 1.838.

Controller: Maycon Siqueira Paixão - CRC 1SP 256925/O-3

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2017